

"Se o tenente da polícia quisesse comunicar ao filósofo tudo aquilo que sabe, tudo aquilo que descobre, tudo o que vê, e dar-lhe a conhecer certas coisas seguras sobre as quais ele apenas está superficialmente informado, nada de mais curioso nem instantivo sairia da mente do filósofo".

Louis Sebastian Mercier, Le Tableau de Paris  
(1781-1789). Paris

Mercure de France. 1994. Tomo I p. 171

Já por diversas vezes assistimos a gente conceitosa e programada de informação com qualidade referir que a Justiça em Portugal pode e deve ser objecto de uma profunda reforma de modo a torná-la mais célere, eficiente e com maior critério de equidade. Isto implica uma desburocratização do país através de regulamentação de legislação séria e rigorosa, justa e transparente.

Tomo como caso ilustrativo deste paradoxo o facto de, em oposição a outros países civilizados de Convidade Europeia, a detenção de cidadãos com medidas de coacção que incluem a prisão preventiva deturpando a estabilidade moral, psicológica, emocional dos desiguados arguidos.

Como se não bastasse a privação de liberdade do cidadão, cujo processo está em tegredo de justiça, isto é, baseado em suspeitas e não comprovadas que ainda carecem de averiguação e investigação conclusiva a polícia e o sistema judicial age pelo vic de convicção, isto é, é então pelo «lado mau das coisas» que o sujeito humano é abordado e castigado.

Se na medicina é por acidente que o segredo é dissimulado - salvo excepções, o doente não mente -, para a polícia, os sujeitos que têm a ver com ela são suspeitos de mentir, de enganar, de dissimular. Entre a suspeita clínica e a suspeita policial encontra-se a região de intenção e do engano voluntário.

A suspeita, por fim, tem lugar de inteligência: impede a adesão ao ser das coisas, permite ver para além das aparências como se do fantasma se tratasse, interdita a crença. Como todo o processo que visa o estabelecimento de

Verdade, a polícia tenta desmascarar o erro e substituir o falso pelo verdadeiro; mas ao mesmo tempo, ele procura culpados. Em ciência, o falso não é imputável a um sujeito. O serão não é um policial.

Do ponto de vista de sociedade, a investigação policial é vivida como um acidente, como "aquilo que cai mal". Foucault exprime a mesma ideia com a célebre frase:

"O ministro de polícia é um homem que se mete naquilo que lhe diz respeito e a seguir naquilo que não lhe diz respeito".

O actual sistema judicial português prevê a medida de coacção de prisão preventiva até um máximo de 30 meses. Não sei o primeiro nem o último caso em que o recluso, devido aos subdiâmetros e esta medida de coacção, é libertado sendo-lhe sentenciada inocência.

Estou há muito tempo para denunciar esta lacuna e injustiça <sup>expressa</sup> no Código Penal / Código Processual Penal português que usou ser objecto de revisão.

Nada melhor para aqueles que passaram por este fescidelo, o de poder, através o palavra, chamas e atropelos para certos sibogós e, de algum modo, servir de lição de transmissão daqueles que, pensando o mesmo, não conseguem fazer-se servir! É pouco, eu sei, mas pode ser útil à esperança.

Pois, corajoso não me falta e vou relatar um triste episódio que decorreu no processo de transferência do Polício Judiciário para o Tribunal Policial de Lisboa em Março de 2013.

À chegada à EPL, depois de desmoldado e revistado por um policial na presença de outros reclusos e policiais, tem direito a qualquer tipo de privacidade, como se de um criminoso condenado de alta espécie se tratasse, foi transferido, carregando os meus pertences, para uma cela especial, conhecida neste instituição como cela de transição.

Pendi a noção do tempo. Dias, horas, minutos, segundos, sucediam-se sem que me conseguisse aperceber de minha presença, era como se estivesse suspenso no tempo, perdido numa dimensão oculta, flutuando no esquecimento.

O pesadelo teve a longa duração de seis penosos dias consecutivos. Seis noites encerrado num "caixão de cimento" desconhecendo o que o destino me reservava, os motivos pelos quais teria que ser sujeito a tamanha humilhação, se alguma vez saíria dali, se a visão da luz do dia se manteria condicionada à passagem diária por um pátio de reduzidas dimensões por apenas alguns minutos, enfim o agravar de um estado conatoso perante o qual me sentia impotente de ultrapassar.

Um caixão! Quando no fim de tarde fui atirado para o pequeno cubículo, a primeira impressão com que fiquei era a de que tinha sido aprisionado num caixão. A cela revelava-se invariavelmente pequena. Era tão estreita que não conseguia esticar totalmente os braços. Tinha, opressora, feia, desagradável, desconhecante, suja, repleta de histórias sórdidas para contar. Uma estreita cunha de pedra salientava-se de parede, estrutura arquitectónica rígida e opressora que desde logo oprimia quem por destino nela tivesse que se deitar. Sobre a áustica e fria cunha de pedra estava depositado um colchão de espuma com aspecto usado, sujo, deteriorado, encurvado de buracos e partes danificadas.

Água gelada, paredes frias, uma atmosfera glacial, dois singelos cobertores, sujos e rotos semelhantes a dois lençóis de tã finos que eram gastos pelo uso e pelo tempo. Estes mantimentos eram manifestamente insuficientes para manter o corpo aquecido durante as noites frias de Mayo.

O resto da cela estava ocupado com um armário escavado na parede, sem portas e sujo, um lavatório pequeno e imundo, um bacia no chão donde se imbuía destinado para alívio das necessidades... O ar estava impregnado de uma mistura fétida de odores a bafio e ao ácido da urina.

O chão parecia feito de placa de cimento, frio e remendado, e as paredes caiadas de branco, com o estuque danificado e rendilhado, como se dum "fuzzie" incompleto se tratasse. Através das paredes opressoras cresciam manchas verdes, anunciando presença no toque pois tinham aspecto de colónias de fungos.

As paredes eram altas, estreitas, decoradas por escritos manuais dos

antecessoras que com elas conviviam, davam a impressão de me esmagar de todos os lados.

Quando se aproximava o entardecer, imobilizava-se rapidamente a escuridão no interior da cela que não dispunha de sistema de iluminação e obrigava a recolha obrigatória na cama de pedra.

O cubículo apenas continha uma pequena janela localizada na parede por cima de cabeceira da cama composta por um painel de vidro, alguns painéis, donde irrompiam os primeiros raios do sol e a livre circulação de ar frio do confortuel.

Até que desta janela entravam livre e insistentemente todo o tipo de insectos, com predomínio dos mosquitos que aproveitavam a hora do ataque às suas presas indefesas. Successivos e incomodativos picadelas de insectos maltracavam a minha pele, apesar dos esforços de me esquivar e defender das mesmas.

No interior da cela conviviam sem receio da presença do recluso, mosquitos, melgas, aranhas, moedas, baratas, um interminável número de saes vivos portadores de transmissão de doenças e resultados das condições de higiene ímpares onde sucumbíamos.

Por último, o convívio com ratos de grande porte, cuja visita nocturna, no início me surpreendia e assustava, depois tornou-se obrigatória e rotineira, as suas acções pela canalização que desembocava no buraco de latrina etc.

De forma pontual e cadenciada, a medicação e a alimentação tinham horário estabelecido e repetido. Infelizmente uma alimentação desequilibrada e pouco diversificada, rica em hidratos de carbono, pobre em proteínas, gorduras, fibras e micronutrientes. Uma coisa sem graça de tão insaborosa!

Seis dias consecutivos debaixo deste pesado misto de humilhação, compromisso de auto-estima, sentimentos e enojos numa tubilha sem explicações, exposição aos receios de contaminação biológica, enfim o considerado justo tratamento dado a um "suspeito" licenciado, com formação académica, culto, casado, com família sólida e estruturada, sem antecedentes criminais, com o seu contributo de impostos por 25 anos de intenso trabalho cumprido, um conduto social irrepreensível.

Obis do Portugal

2013/07/03